

Governo elogia militares

16 FEV 1997

ZENAIDE AZEREDO

“As Forças Armadas brasileiras encontram-se hoje perfeitamente integradas no processo nacional de respeito aos direitos humanos no país”. A afirmação foi feita pelo chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, semana passada, em Miami, para uma platéia de 140 militares e 40 civis de todos os países do continente, exceção feita a Cuba. O elogio ao comportamento atual dos militares brasileiros fez parte de um relato apresentado na II Conferência dos Direitos Humanos, realizada nos Estados Unidos de 3 a 7 últimos.

Segundo José Gregori, os militares brasileiros mereceram essa avaliação positiva pela “forma equilibrada e compreensiva como entenderam a questão da indenização aos desaparecidos” e pelo apoio que estão dando aos assuntos relacionados com o combate ao narcotráfico e demarcação de terras indígenas. Acompanhou José Gregori nessa conferência de Miami o coronel Luiz Carlos Guedes, do Estado Maior do Exército.

Passado - Ironicamente, a conferência abordando o tema “Militares, Governo Civil, ONGs e organizações internacionais” foi convocada pelo Comando Militar do Sul, dos EUA, com sede no Panamá. Este comando é constantemente denunciado, pelos próprios norte-americanos, devido ao papel preponderante que teve na instrução sobre tortura física e psicológica, ministrada a oficiais latino-americanos, durante os anos de Guerra Fria. Indagado sobre esse fato e as atrocidades praticadas em vários países sul-americanos que tiveram regimes militares, Gregori respondeu: “O passado ficou na porta do hotel onde a conferência se realizou”.

Proposta - O objetivo maior da II Conferência, segundo o enviado do ministro Nelson Jobim, foi “verificar como os exércitos do continente

estão se integrando de maneira mais explícita na luta pelos direitos humanos”. Na I Conferência Sobre Direitos Humanos, realizada há dois anos, o tema abordado foi “Forças Armadas e Democracia”.

Segundo Gregori, existe o consenso, nas democracias americanas, de que as Forças Armadas devem atuar na defesa dos direitos humanos, subordinadas a governos civis. Nesse contexto, ele propôs a criação de um mecanismo - um órgão de direitos humanos - onde militares e civis do continente atuem

em prol desse objetivo. Pelo fato da Conferência não ter força deliberativa, a proposta brasileira será analisada em abril próximo, embora tenha havido grande interesse por parte dos participantes, segundo informou o representante brasileiro.

a avaliação de José Gregori, Forças Armadas do Brasil vêm se destacando ao agir de forma “equilibrada e compreensiva”